



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS 04-Fev-2019-13:54
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

228774

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº- 28 /2019

EMENTA: Dispõe sobre desconto de vinte e cinco por cento no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), relativo aos imóveis onde há ponto de ônibus, defronte a calçada.

Art. 1º: Fica concedido desconto de vinte e cinco por cento no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), relativo aos imóveis onde há ponto de ônibus, defronte a calçada.

§ 1º – Serão beneficiados pelo desconto de que trata o “caput” deste artigo os imóveis onde há ponto de ônibus, defronte sua calçada.

§ 2º – Estão incluídos do disposto do “caput” deste artigo tanto imóveis, comerciais como residenciais, que são prejudicados com a fixação do ponto de ônibus, defronte a sua calçada.

§ 3º – No caso de mudança ou alteração do local de ponto de ônibus, o benefício será suspenso, contemplando-se os contribuintes com imóveis localizados no novo local, sempre observando o disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 2º – A Prefeitura Municipal, independente de pedido do contribuinte, deverá proceder ao desconto à época do lançamento do imposto.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de Fevereiro de 2019


Vereador Carlão do PT



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Justificativa

Este Projeto de Lei tem por objetivo conceder desconto de vinte e cinco por cento no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo aos imóveis onde há ponto de ônibus, defronte sua calçada.

O benefício é uma maneira de compensar os transtornos que os pontos de ônibus causam a esses moradores, entre os quais destacamos a impossibilidade permanente, de não poder estacionar defronte aos seus imóveis, barulho quando há o ajuntamento de pessoas que ficam sob o abrigo dos pontos para bater papo, cantar etc.

Quem tem um imóvel onde há ponto de ônibus defronte sua residência, muitas vezes se sente discriminado, pois paga o mesmo valor de IPTU do que qualquer outro munícipe e, no entanto, tem seu imóvel desvalorizado por não ter o direito de estacionar seu veículo defronte a sua residência.

Pelo exposto, diante da importância do tema, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto.

Sala das Sessões, 04 de Fevereiro de 2019



Vereador Carlão do PT